

SUMÁRIO

LIVRO I INTRODUÇÃO E PARTE GERAL

CAPÍTULO I CARACTERIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	49
II. DEFINIÇÃO	49
III. DENOMINAÇÃO	52
IV. CONTEÚDO	55
V. FUNÇÕES	57
VI. ABRANGÊNCIA DA ÁREA JURÍDICO-TRABALHISTA	62
VII. DIVISÃO INTERNA DO DIREITO DO TRABALHO	63
Segmento em Destaque: Direito Internacional do Trabalho	65
VIII. CARACTERÍSTICAS DO DIREITO DO TRABALHO — SÍNTESE	66

CAPÍTULO II AUTONOMIA E NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	68
II. AUTONOMIA	68
III. NATUREZA JURÍDICA	71
IV. RELAÇÕES DO DIREITO DO TRABALHO COM OUTROS CAMPOS DO DIREITO ..	76
1. Relações com o Direito Constitucional	76
2. Relações com Princípios Gerais de Direito e de outros Ramos Jurídicos	77
3. Relações com o Direito Civil	79
4. Relações com o Direito Previdenciário (ou de Seguridade Social)	80
5. Direito do Trabalho e Direitos Humanos	81

CAPÍTULO III ORIGEM E EVOLUÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	83
II. ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DO DIREITO DO TRABALHO — PROPOSIÇÕES METODOLÓGICAS	83
III. POSICIONAMENTO DO DIREITO DO TRABALHO NA HISTÓRIA	85

IV. PROCESSO DE FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO ..	88
V. FASES HISTÓRICAS DO DIREITO DO TRABALHO	93
1. Manifestações Incipientes ou Esparsas	95
2. Sistematização e Consolidação	95
3. Institucionalização do Direito do Trabalho	97
4. Crise e Transição do Direito do Trabalho	98
VI. MODELOS PRINCIPAIS DE ORDENS JURÍDICAS TRABALHISTAS	100
1. Parâmetros dos Modelos Justrabalistas Democráticos	101
A) Normatização Autônoma e Privatística	101
B) Normatização Privatística Subordinada	101
2. Parâmetros do Modelo Justrabalista Autoritário	102
3. Democracia e Normatização Estatal: reflexões complementares	103

CAPÍTULO IV ORIGEM E EVOLUÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL

I. INTRODUÇÃO	105
II. PERIODIZAÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO BRASILEIRO	105
1. Manifestações Incipientes ou Esparsas	106
2. Institucionalização do Direito do Trabalho	109
Análise Comparativa	111
3. Crise e Transição do Direito do Trabalho	112
Transição Democrática Aliada à Crise do Ramo Jurídico	113
III. O MODELO JUSTRABALHISTA BRASILEIRO TRADICIONAL	116
1. Parâmetro Estatal-subordinado de Gestão Trabalhista	116
2. Modelo Justrabalista Brasileiro Tradicional: caracterização sociojurídica e reprodução histórica	119
IV. A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA JUSTRABALHISTA	120
1. Avanços Democráticos da Constituição de 1988	121
A) Renovação da Cultura Jurídica Brasileira	122
B) A Carta de Direitos de 1988	124
2. Contradições Antidemocráticas da Constituição de 1988	125
Corporativismo <i>versus</i> Democracia	126
3. Transição Refreada: impasses constitucionais de 1988	130
4. Modelo Justrabalista: transição ou continuidade?	132
V. DIREITO DO TRABALHO: AVALIAÇÃO HISTÓRICO-CONSTITUCIONAL MAIS DE DUAS DÉCADAS APÓS 1988	133

CAPÍTULO V ORDENAMENTO JURÍDICO TRABALHISTA

I. INTRODUÇÃO	136
II. FONTES DO DIREITO: CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO	136

1. Conceito	136
2. Classificação	137
A) Fontes Materiais	137
B) Fontes Formais	139
Heteronomia e Autonomia	140
III. FONTES FORMAIS JUSTRABALHISTAS: TIPOS JURÍDICOS	141
IV. FONTES HETERÔNOMAS DO DIREITO DO TRABALHO	142
1. Constituição	142
A) Sentido Material e Sentido Formal	143
B) Eficácia Jurídica da Constituição	144
a) Vertente Tradicional	145
b) Vertente Moderna	146
c) Análise Comparativa	148
C) Constituição: o desafio da efetividade	150
2. Lei (e Medida Provisória)	150
3. Tratados e Convenções Internacionais	152
4. Regulamento Normativo (Decreto)	154
5. Portarias, Avisos, Instruções, Circulares	155
6. Sentença Normativa	156
V. FONTES AUTÔNOMAS DO DIREITO DO TRABALHO	157
1. Convenção Coletiva de Trabalho e Acordo Coletivo de Trabalho	157
Aderência Contratual	160
2. Contrato Coletivo de Trabalho	162
3. Usos e Costumes	163
VI. FIGURAS ESPECIAIS	164
1. Figuras Justrabalhistas Especiais	165
A) Laudo Arbitral (Arbitragem)	165
B) Regulamento Empresarial	166
2. Outras Figuras Jurídicas Especiais	167
A) Jurisprudência	167
B) Princípios Jurídicos	169
C) Doutrina	170
D) Equidade	170
3. Referências Finais	172
A) Analogia	172
B) Cláusulas Contratuais	172
VII. HIERARQUIA ENTRE AS FONTES JUSTRABALHISTAS	173
1. Hierarquia Normativa: teoria geral	174
2. Hierarquia Normativa: especificidade justrabalhista	174
3. Aplicação da Teoria Especial Trabalhista	176
Acumulação <i>versus</i> Conglobamento	178

CAPÍTULO VI
PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	181
1. Ciência e Princípios	182
2. Direito e Princípios	182
II. PRINCÍPIOS DE DIREITO: FUNÇÕES E CLASSIFICAÇÃO	184
1. Fase Pré-jurídica ou Política	184
2. Fase Jurídica	184
A) Princípios Descritivos (ou Informativos)	184
B) Princípios Normativos Subsidiários	185
C) Princípios Normativos Concorrentes	185
III. PRINCÍPIOS JURÍDICOS GERAIS APLICÁVEIS AO DIREITO DO TRABALHO — ADEQUAÇÕES	187
1. Princípios Gerais — adequações	188
2. Máximas e Brocardos Jurídicos	190
IV. PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS AO DIREITO DO TRABALHO	190
V. PRINCÍPIOS DE DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO	192
1. Núcleo Basilar de Princípios Especiais	193
A) Princípio da Proteção	193
B) Princípio da Norma Mais Favorável	194
C) Princípio da Imperatividade das Normas Trabalhistas	196
D) Princípio da Indisponibilidade dos Direitos Trabalhistas	196
E) Princípio da Condição Mais Benéfica	197
F) Princípio da Inalterabilidade Contratual Lesiva	198
Intangibilidade Contratual Objetiva	200
G) Princípio da Intangibilidade Salarial	201
H) Princípio da Primazia da Realidade sobre a Forma	202
I) Princípio da Continuidade da Relação de Emprego	203
2. Princípios Justrabalhistas Especiais Controvertidos	206
A) Princípio <i>in dubio pro operario</i>	206
B) Princípio do Maior Rendimento	208
VI. INDISPONIBILIDADE DE DIREITOS: RENÚNCIA E TRANSAÇÃO NO DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO	209
1. Diferenciação de Figuras	209
2. Extensão da Indisponibilidade	210
3. Requisitos da Renúncia e Transação	212
A) Renúncia	212
B) Transação	213

**CAPÍTULO VII
INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO E APLICAÇÃO
DO DIREITO DO TRABALHO**

I. INTRODUÇÃO	215
II. INTERPRETAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	215
1. A Interpretação no Conhecimento Humano	215
2. A Interpretação no Direito	217
A) Interpretação na Fase de Construção da Norma	217
B) Interpretação do Direito Construído	218
3. Hermenêutica Jurídica	219
A) Distinções Relevantes	219
B) Função da Interpretação Jurídica	221
C) Tipologias da Interpretação Jurídica	223
a) Tipologia Segundo a Origem da Interpretação	223
b) Tipologia Segundo os Resultados da Interpretação	225
c) Tipologia Segundo os Métodos de Interpretação	225
D) Principais Métodos de Exegese do Direito	225
E) Sistemas Teóricos de Interpretação	228
a) Hermenêutica Tradicional	228
b) Escola Exegética Francesa	229
c) Escola Histórico-evolutiva	229
d) Escola da Interpretação Científica	229
e) Escola da Livre Investigação	230
f) Contraponto Avaliativo	230
F) Especificidade da Interpretação Justrabalhista	230
G) Hermenêutica Constitucional e Direito do Trabalho	232
III. INTEGRAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	233
1. Conceituação	233
2. Tipos de Integração Jurídica	234
3. Procedimento Analógico	235
IV. APLICAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	236
1. Conceituação	236
2. Aplicação do Direito do Trabalho no Tempo	237
Princípio da Aderência Contratual	237
3. Aplicação do Direito do Trabalho no Espaço	240
Lei n. 11.962/2009 – impacto jurídico	241

**CAPÍTULO VIII
PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO DIREITO DO TRABALHO**

I. INTRODUÇÃO	242
II. DISTINÇÕES CORRENTES	244

1. Decadência <i>versus</i> Prescrição	244
2. Preclusão <i>versus</i> Prescrição	245
3. Perempção <i>versus</i> Prescrição	245
III. A DECADÊNCIA NO DIREITO DO TRABALHO	246
IV. CAUSAS IMPEDITIVAS, SUSPENSIVAS E INTERRUPTIVAS DA PRESCRIÇÃO	247
1. Causas Impeditivas e Causas Suspensivas	248
2. Causas Interruptivas	248
V. PRESCRIÇÃO TRABALHISTA: CAUSAS IMPEDITIVAS E SUSPENSIVAS	249
1. Fatores Tipificados	249
Critério da <i>Actio Nata</i>	250
2. Outros Fatores Atuantes	251
VI. PRESCRIÇÃO TRABALHISTA: CAUSAS INTERRUPTIVAS	251
VII. NORMAS ESPECÍFICAS À PRESCRIÇÃO TRABALHISTA	253
1. Prazos Prescricionais	254
A) Prescrição nos Contratos Urbanos	254
B) Prescrição nos Contratos Rurais	255
a) Prazo Diferenciado (Antes da EC 28/2000)	256
b) Unificação de Prazos (EC 28/2000)	257
C) Prescrição nos Contratos Domésticos	258
D) Prescrição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	260
E) Prescrição em Ações Meramente Declaratórias	262
2. Termo Inicial de Contagem da Prescrição	263
A) Parcelas Oriundas de Sentença Normativa	263
B) Parcelas de Complementação de Aposentadoria	263
C) Prescrição Total e Prescrição Parcial	267
3. Arguição da Prescrição: legitimidade e momento	269
A) Legitimidade para Arguição	269
B) Momento Próprio para Arguição	270
a) Arguição na Fase de Conhecimento	270
b) Arguição na Fase de Liquidação e Execução	271
C) Decretação Automática pelo Juiz: ponderações	272
4. Prescrição Intercorrente	272
VIII. PRESCRIÇÃO: ESPECIFICIDADES TRABALHISTAS E NOVA COMPETÊNCIA AMPLIADA DA JUSTIÇA DO TRABALHO	274

**LIVRO II
DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO**

**CAPÍTULO IX
RELAÇÃO DE EMPREGO — CARACTERIZAÇÃO**

I. INTRODUÇÃO	279
Relação de Trabalho <i>versus</i> Relação de Emprego	279

II. CARACTERIZAÇÃO DA RELAÇÃO DE EMPREGO	281
1. Distinções na História do Direito	281
2. Critérios de Caracterização da Relação Empregatícia	283
A) Trabalho por Pessoa Física	284
B) Pessoaalidade	285
C) Não eventualidade	286
a) Eventualidade <i>versus</i> Não eventualidade: teorias	287
b) Trabalho Eventual: caracterização	290
D) Onerosidade	291
E) Subordinação	294
a) Conceito e Caracterização	294
b) Natureza da Subordinação	296
c) Dimensões da Subordinação: clássica, objetiva, estrutural	297
III. VALIDADE JURÍDICA DA RELAÇÃO DE EMPREGO: ELEMENTOS JURÍDICO-FORMAIS DO CONTRATO EMPREGATÍCIO	300
IV. NATUREZA JURÍDICA DA RELAÇÃO DE EMPREGO	302
1. Teorias Contratualistas Tradicionais	303
A) Teoria do Arrendamento	304
B) Teoria da Compra e Venda	304
C) Teoria do Mandato	305
D) Teoria da Sociedade	306
E) Contratualismo Tradicional: análise crítica	306
2. Teoria Contratualista Moderna	307
3. Teorias Acontratualistas	309
A) Teoria da Relação de Trabalho	310
B) Teoria Institucionalista	312
C) Acontratualismo: análise crítica	312

CAPÍTULO X RELAÇÕES DE TRABALHO *LATO SENSU*

I. INTRODUÇÃO	314
II. EXCLUDENTE LEGAL DA FIGURA DO EMPREGADO — VINCULAÇÃO ADMINISTRATIVA	315
Servidores Irregulares	316
III. CONTRAPONTO ESTÁGIO <i>VERSUS</i> RELAÇÃO DE EMPREGO	317
1. Estágio — caracterização tradicional (Lei n. 6.494/1977)	318
A) Requisitos Formais	319
B) Requisitos Materiais	320

2. Estágio — nova caracterização (Lei n. 11.788/2008)	321
A) Requisitos Formais	323
B) Requisitos Materiais	328
3. Estágio: avaliação crítica	329
IV. CONTRAPONTO COOPERATIVA <i>VERSUS</i> EMPREGADO	331
1. Princípio da Dupla Qualidade	332
2. Princípio da Retribuição Pessoal Diferenciada	333
V. TRABALHO AUTÔNOMO	336
1. Prestação de Serviços e Empreitada	337
2. Pacto Autônomo e Risco Contratual	338
3. Pequena Empreitada: especificidade	339
VI. TRABALHO EVENTUAL	340
VII. TRABALHO AVULSO	342
Avulso Não Portuário: caracterização	344
VIII. TRABALHO VOLUNTÁRIO	347

CAPÍTULO XI O EMPREGADO

I. INTRODUÇÃO	352
Empregado e Conteúdo de sua Prestação Principal	352
II. EMPREGADOS DE FORMAÇÃO INTELLECTUAL: TRATAMENTO JUSTRALHISTA ..	353
Constituição de 1988 e Regulação de Profissões: compatibilização	354
III. ALTOS EMPREGADOS: SITUAÇÕES ESPECÍFICAS E TRATAMENTO JUSTRALHISTA	354
1. Cargos ou Funções de Confiança ou Gestão: regra geral	355
A) Art. 62 da CLT (Antes da Lei n. 8.966/94)	355
B) Art. 62 da CLT (Após a Lei n. 8.966/94)	357
C) Efeitos do Cargo de Confiança	358
2. Cargos ou Funções de Confiança: especificidade bancária	360
3. Diretores Empregados	361
A) Diretor Recrutado Externamente	362
Contraponto de Vertentes	364
B) Empregado Eleito Diretor	364
4. Socioempregado: hipóteses jurídicas	365
A) Incompatibilidade de Figuras	366
B) Assimilação de Figuras	367
C) Regra Geral: compatibilidade de figuras jurídicas	367
D) Sociedade como Simulação	368

IV. EMPREGADO DOMÉSTICO	369
1. Definição	369
2. Estrutura da Relação Empregatícia Doméstica	370
A) Elementos Fático-jurídicos Gerais	370
Relação de Emprego entre Cônjuges ou Companheiros	371
B) Elemento Fático-jurídico da Não eventualidade	372
C) Elementos Fático-jurídicos Especiais	374
a) Finalidade Não lucrativa dos Serviços	374
b) Prestação Laboral à Pessoa ou Família	376
c) Âmbito Residencial de Prestação Laborativa	377
3. Direitos Trabalhistas Estendidos aos Domésticos	378
4. Parcelas Trabalhistas Controvertidas	381
A) Férias Anuais Remuneradas	381
B) Licença-paternidade e Licença-gestante	382
C) Garantia de Emprego à Gestante	383
D) Aviso-Prévio Proporcional	384
5. Peculiaridades Rescisórias	387
V. EMPREGADO RURAL	388
1. Evolução Jurídica	388
A) Fase de Restrição de Direitos	389
B) Aproximação de Situações Jurídicas	389
C) Fase Contemporânea: diferenciações tópicas	390
Unificação do Prazo Prescricional	391
2. Caracterização do Empregado Rural	392
A) Antigo Critério Celetista	393
B) Critério Hoje Prevalente	393
C) Elementos Fático-jurídicos Especiais	394
a) Enquadramento Rurícola do Empregador	394
b) Imóvel Rural ou Prédio Rústico	395
3. Caracterização do Empregador Rural	396

CAPÍTULO XII O EMPREGADOR

I. INTRODUÇÃO	399
Definição da CLT: análise crítica	399
II. EMPREGADOR-CARACTERIZAÇÃO	400
1. Despersonalização	401
2. Assunção dos Riscos (Alteridade)	402
Atenuações do Risco Empresarial	404
3. Empresa e Estabelecimento	405

III. GRUPO ECONÔMICO PARA FINS JUSTRABALHISTAS	406
1. Definição	406
2. Objetivos da Figura	406
3. Caracterização do Grupo Econômico	407
A) Abrangência Objetiva	407
B) Abrangência Subjetiva	407
C) Nexu Relacional Interempresas	409
4. Solidariedade Resultante do Grupo Econômico	410
A) Solidariedade Exclusivamente Passiva	411
B) Solidariedade Passiva e Ativa: empregador único	412
5. Aspectos Processuais	413
IV. SUCESSÃO DE EMPREGADORES	414
1. Definição e Denominação	414
2. Sucessão Trabalhista: caracterização	415
A) Situações-tipo Tradicionais de Sucessão	416
B) Situações-tipo Novas de Sucessão	417
3. Requisitos da Sucessão Trabalhista	418
A) Transferência de Unidade Econômico-jurídica	418
Título Jurídico da Transferência	419
B) Continuidade na Prestação Laborativa	421
C) Situações-tipo Novas de Sucessão: requisitos	421
4. Fundamentos da Sucessão Trabalhista	422
A) Fundamentação Doutrinária	422
B) Fundamentação Legal	423
5. Abrangência da Sucessão Trabalhista	423
Restrições Tópicas à Sucessão	424
6. Efeitos da Sucessão Trabalhista	426
A) Posição Jurídica do Sucessor Empresarial	427
Cláusula de Não responsabilização	427
B) Posição Jurídica do Empregador Sucedido	428
C) Insurgência Obreira Contra a Sucessão	429
7. Natureza Jurídica da Sucessão Trabalhista	430
A) Figuras Civilistas Clássicas	431
B) Singularidade Trabalhista	432
V. CONSÓRCIO DE EMPREGADORES	432

CAPÍTULO XIII TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA

I. INTRODUÇÃO	435
Evolução Histórica no Brasil	436

II. NORMATIVIDADE JURÍDICA SOBRE TERCEIRIZAÇÃO	437
1. Legislação Heterônoma Estatal	438
A) Decreto-Lei n. 200/67 e Lei n. 5.645/70	439
B) Lei n. 6.019/74 e Lei n. 7.102/83	440
C) Parágrafo único do art. 442, CLT — cooperativas	440
D) Outras Referências Legais	441
2. Constituição de 1988	445
3. Jurisprudência Trabalhista	446
III. TERCEIRIZAÇÃO: CARACTERIZAÇÃO E EFEITOS JURÍDICOS	448
1. Terceirização Lícita e Ilícita	448
A) Terceirização Lícita: situações-tipo	449
B) Ausência de Pessoalidade e Subordinação Diretas	450
C) Terceirização Ilícita	451
2. Efeitos Jurídicos da Terceirização	451
A) Vínculo com o Tomador de Serviços	452
B) Isonomia: salário equitativo	452
IV. ESPECIFICIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	455
V. TERCEIRIZAÇÃO ATRAVÉS DA LEI N. 6.019/74	459
1. Trabalho Temporário: caracterização	459
2. Hipóteses de Pactuação	461
3. Formalidades e Prazos	462
4. Direitos da Categoria Temporária	463
5. Trabalho Temporário e Salário Equitativo	465
VI. TERCEIRIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE	466
Responsabilização de Entidades Estatais Terceirizantes	467
VII. ASPECTOS PROCESSUAIS	470
1. Competência	470
2. Litisconsórcio Passivo	471
VIII. UM RELEVANTE DEBATE: CONTROLE CIVILIZATÓRIO DA TERCEIRIZAÇÃO ...	472
1. Terceirização e Não Discriminação Remuneratória — salário equitativo	473
2. Terceirização e Responsabilidade Trabalhista	476
3. Terceirização e Atuação Sindical	478
4. Século XXI — outros controles pertinentes	480

CAPÍTULO XIV **RESPONSABILIDADE POR VERBAS TRABALHISTAS**

I. INTRODUÇÃO	488
II. RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR E ENTES DO GRUPO ECONÔMICO ..	488

III. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO	488
IV. RESPONSABILIDADE PELO TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTROS TIPOS DE TERCEIRIZAÇÃO	488
V. RESPONSABILIDADE DO SUBEMPREGATEIRO	490
VI. RESPONSABILIDADE DO DONO DA OBRA (OU TOMADOR DE SERVIÇOS)	491
1. Situações de Não Responsabilização	492
2. Situações de Responsabilização	493
VII. RESPONSABILIDADE NOS CONSÓRCIOS DE EMPREGADORES	497

CAPÍTULO XV CONTRATO DE TRABALHO — CARACTERIZAÇÃO, MORFOLOGIA E NULIDADES

I. INTRODUÇÃO	500
II. ASPECTOS CONCEITUAIS DO CONTRATO DE TRABALHO	501
1. Definição	501
Definição da CLT: crítica	502
2. Denominação	502
3. Caracteres	503
III. MORFOLOGIA DO CONTRATO (ELEMENTOS CONSTITUTIVOS)	507
1. Elementos Essenciais (Jurídico-formais) do Contrato	509
A) Capacidade das Partes	509
B) Licitude do Objeto	512
C) Forma Regular ou Não Proibida	514
Forma e Prova	514
D) Higiene de Manifestação da Vontade	515
2. Elementos Naturais do Contrato	517
3. Elementos Acidentais do Contrato: condição e termo	517
IV. VÍCIOS E DEFEITOS DO CONTRATO DE TRABALHO — NULIDADES	518
1. Teoria Trabalhista de Nulidades	519
A) Aplicação Plena da Teoria Trabalhista	520
B) Aplicação Restrita da Teoria Trabalhista	520
C) Inaplicabilidade da Teoria Especial Trabalhista	522
2. Tipos de Nulidades	522
A) Nulidade Total e Parcial	522
B) Nulidade Absoluta e Relativa	523
3. Nulidade e Prescrição	524

CAPÍTULO XVI CONTRATO DE TRABALHO — MODALIDADES

I. INTRODUÇÃO	525
II. CONTRATOS EXPRESSOS E CONTRATOS TÁCITOS	525

III. CONTRATOS INDIVIDUAIS E CONTRATOS PLÚRIMOS. A EXPRESSÃO CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO. CONTRATO DE EQUIPE	527
1. Distinções	527
2. A Expressão Contrato Coletivo de Trabalho	527
3. Contratos Plúrimos e de Equipe	529
IV. CONTRATOS POR TEMPO INDETERMINADO	530
1. Aspectos Gerais	530
2. Efeitos Específicos do Contrato por Tempo Indeterminado	531
A) Interrupção e Suspensão Contratuais	531
B) Estabilidade e Garantias de Emprego	531
C) Efeitos Rescisórios	532
V. CONTRATOS POR TEMPO DETERMINADO (A TERMO)	534
1. Hipóteses de Pactuação	534
2. Meios de Fixação do Termo Final	537
3. Prazos Legais	539
4. Prorrogação e Sucessividade Contratuais	539
5. Indeterminação Contratual Automática ("Novação")	540
6. Efeitos Rescisórios nos Contratos a Termo	542
7. Suspensão e Interrupção nos Contratos a Termo. Garantias de Emprego e Contratos a Termo	544
A) Acidente de Trabalho: exceção isolada	545
B) Garantia à Gestante e Nascituro: nova exceção?	546
8. Contratos a Termo: forma e prova	548
9. O Tempo de Serviço nos Contratos a Termo	549

CAPÍTULO XVII

TIPOS DE CONTRATOS A TERMO

I. INTRODUÇÃO	552
II. TIPOS CLÁSSICOS DE CONTRATOS A TERMO	552
1. Contrato de Experiência	552
A) Caracterização	554
B) Efeitos Contratuais	554
C) Natureza Jurídica do Contrato de Experiência — A Figura do Período de Experiência	555
2. Contrato de Safra	558
Contrato Rural por Pequeno Prazo	560
3. Contrato de Obra Certa	561
4. Contrato por Temporada	563

III. NOVO PACTO A TERMO: O CONTRATO PROVISÓRIO DA LEI N. 9.601, DE 1998 ..	564
1. Celebração Contratual	565
A) Hipóteses de Pactuação	565
B) Requisitos do Contrato	565
2. Caracterização da Figura Jurídica	566
A) Denominação	567
B) Características Trabalhistas Comuns	568
a) Prazo de Duração	569
b) Meios de Fixação do Termo Final	569
c) Sucessividade Contratual	570
d) Tempo de Serviço (<i>Accessio Temporis</i>)	571
C) Características Trabalhistas Especiais	573
a) Pactuação do Contrato	574
b) Formalidade Contratual	574
c) Prorrogação Contratual	575
3. Extinção Contratual: efeitos jurídicos	577
a) Extinção normal do contrato (cumprimento do prazo prefixado)	577
b) Extinção contratual em face de dispensa antecipada pelo empregador	577
c) Extinção contratual em face de pedido de demissão antecipada pelo empregado	577
d) Extinção contratual em face de pedido de demissão ou dispensa antecipadas, havendo no contrato cláusula assecuratória do direito recíproco de antecipação rescisória	578
A) Acidente do Trabalho: exceção rescisória	579
B) Garantia à Gestante e Nascituro: nova exceção?	580
4. Direitos Trabalhistas Aplicáveis	581
A) Parcelas Comuns aos Demais Contratos	581
B) Parcelas Modificadas pela Lei n. 9.601/98	582
C) Parcelas Trabalhistas Novas	583
D) Novo Contrato Provisório: limites à redução de direitos	583
5. Vantagens Tributárias e Creditícias Decorrentes	584
6. Lei n. 9.601, de 1998: reflexões complementares	585
A) Lei n. 9.601/98 e Desemprego	585
B) Lei n. 9.601/98 e Flexibilização Trabalhista	587
C) Lei n. 9.601/98 e Constituição da República	588
a) Incompatibilidades Globais	588
b) Incompatibilidades Tópicas	589

CAPÍTULO XVIII
CONTRATO DE TRABALHO E CONTRATOS AFINS

I. INTRODUÇÃO	591
Contratos de Atividade	591
II. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	592
III. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE EMPREITADA	593
Pequena Empreitada na CLT	594
IV. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE MANDATO	596
V. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE PARCERIA RURAL	597
VI. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE SOCIEDADE	599
VII. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL (E/OU CONTRATO DE AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO)	601
1. Representação Comercial e/ou Agência e Distribuição: dinâmica jurídica	602
A) Caracterização	602
B) Remuneração	603
C) Rescisão Contratual	603
2. Representação Mercantil e/ou Agência e Distribuição <i>versus</i> Contrato Empregatício: contrapontos	604
3. Empregado Vendedor: regras próprias	606
A) Comissões — estrutura e dinâmica jurídicas	607
a) Conceito e Natureza	607
b) Dinâmica Comissional	607
B) Pagamento da Comissão	608
C) Ultimação do Negócio — data presumida	609
D) Risco Concernente às Vendas	609
E) Inspeção e Fiscalização pelo Vendedor	609
F) Exclusividade de Zona de Trabalho	610
G) Cláusula “ <i>Star del Credere</i> ”	610

CAPÍTULO XIX
EFEITOS DOS CONTRATOS DE TRABALHO: PRÓPRIOS E CONEXOS

I. INTRODUÇÃO	612
II. EFEITOS CONTRATUAIS PRÓPRIOS	612
1. Obrigações do Empregador	613
2. Obrigações do Empregado	613
3. Poder Empregatício como Efeito do Contrato	614

III. EFEITOS CONEXOS: DIREITOS INTELECTUAIS	614
1. Direitos Intelectuais: modalidades e natureza	614
Natureza Jurídica	615
2. Direitos da Propriedade Industrial e Contrato de Emprego	615
A) Trabalho Intelectual como Objeto do Contrato	616
B) Trabalho Intelectual sem Relação com o Contrato	617
C) Trabalho Intelectual Favorecido por Circunstâncias Contratuais	617
IV. EFEITOS CONEXOS: INDENIZAÇÕES POR DANOS SOFRIDOS PELO EMPREGADO	618
1. Indenização por Dano Moral ou à Imagem	619
2. Lesões Acidentárias: dano material, dano moral, dano estético	621
3. Responsabilidade Indenizatória: requisitos	623
A) Requisitos Clássicos	623
B) Objetivação da Responsabilidade	625
C) Atenuação ou Exclusão da Responsabilidade	627
4. Aferição do Dano Moral, Estético ou à Imagem e Respectivo Valor Indenizatório	627
A) Referências Normativas Anteriores a 5.10.1988	628
B) Aferição do Dano e Fixação da Indenização: critérios	629
a) Critério Constitucional Prevalente	630
b) Critérios Constitucionalmente Repelidos	630
5. Competência Judicial	633
6. Regra Prescricional	635
Danos pela Infortunistica do Trabalho — transição	636
V. EFEITOS CONEXOS: O UNIVERSO DA PERSONALIDADE DO TRABALHADOR E A TUTELA JURÍDICA EXISTENTE	638
1. Direitos da Personalidade do Trabalhador: universo jurídico	638
2. Direitos da Personalidade do Trabalhador e Poder Empregatício: contrapontos e harmonização de princípios, regras e institutos jurídicos	639
3. Dano Moral na Relação de Emprego: situações em destaque	640
A) Dano Moral Individual	640
A-1) Pré-contratação trabalhista	641
A-2) Dinâmica da seleção e da contratação trabalhistas	641
A-3) Ofensas físicas	642
A-4) Ofensas morais	642
A-5) Assédio sexual	642
A-6) Revistas íntimas	643
A-7) Revistas em pertences obreiros, embora não íntimas	643
A-8) Limitação de uso de banheiros no ambiente laborativo	643

A-9) Divulgação de nomes e dados contratuais de empregados, especialmente salários	643
A-10) Câmaras televisivas de segurança em banheiros	644
A-11) Dinâmica de metas de desempenho e respectivas cobranças	644
A-12) Uso de técnicas motivacionais abusivas e desrespeitosas	645
A-13) Assédio moral	645
A-14) Controle de correspondências no ambiente laborativo	645
A-15) Controle de correspondências eletrônicas (e-mails)	646
A-16) Controle de uso de equipamentos eletrônicos e de informática, inclusive acesso à internet	647
A-17) Quebra de sigilo bancário de empregado de Banco	647
A-18) Danos derivados de acidentes de trabalho	648
A-19) Condições degradantes no ambiente do trabalho	648
A-20) Atrasos reiterados de salários	648
A-21) Exercício de função perigosa, não integrante do contrato	649
A-22) Afronta à inviolabilidade física e à segurança ou estresse acentuado, em face de violência decorrente do exercício de função perigosa	649
A-23) Conduta de discriminação no ambiente laborativo	650
A-24) Desrespeito a direitos intelectuais, especialmente relativos à autoria .	651
A-25) Violação à imagem	651
A-26) Acusação não comprovada de ato ilícito	652
A-27) Anotação desabonadora em Carteira de Trabalho	652
A-28) Dispensa discriminatória	653
A-29) Supressão injustificável de plano de saúde	654
A-30) Elaboração ou divulgação de "lista suja" de trabalhadores	654
B) Dano Moral Coletivo	654

CAPÍTULO XX

O PODER NO CONTRATO DE TRABALHO — DIRETIVO, REGULAMENTAR, FISCALIZATÓRIO, DISCIPLINAR

I. INTRODUÇÃO	657
II. PODER EMPREGATÍCIO: CONCEITO E CARACTERIZAÇÃO	658
1. Conceituação	658
Poder Empregatício <i>versus</i> Poder Hierárquico	658
2. Caracterização	659
A) Poder Diretivo	660
B) Poder Regulamentar	661
Natureza dos Dispositivos Regulamentares	661
C) Poder Fiscalizatório	662
Limites ao Poder de Controle	663
D) Poder Disciplinar	664

III. FUNDAMENTOS DO PODER EMPREGATÍCIO	666
1. Fundamentos Doutrinários	666
A) Propriedade Privada	666
B) Institucionalismo	668
C) Delegação do Poder Público	669
D) Contrato	670
E) Uma Variante: a autonomia como fundamento jurídico	672
2. Fundamentos Legais	674
IV. NATUREZA JURÍDICA DO PODER EMPREGATÍCIO	675
1. Concepções Tradicionais	675
A) Direito Potestativo	676
B) Direito Subjetivo	677
C) <i>Status</i> Jurídico	677
D) Direito-função	679
Poder e Cidadania	680
2. Teoria da Relação Jurídica Contratual Complexa	681
Virtudes da Concepção Relacional	682
V. O PODER DISCIPLINAR	685
1. Fundamentos	685
A) Posição Negativista	685
B) Posição Autonomista	686
C) Vertente Intermediária	687
2. Infrações Características	688
A) Critérios de Caracterização	688
B) Infrações Obreiras Tipificadas	689
3. Penalidades Características	690
A) Modalidades Acolhidas	690
B) Modalidades Rejeitadas	692
4. Critério de Aplicação de Penalidades (Requisitos Incidentes)	694
A) Requisitos Objetivos	695
B) Requisitos Subjetivos	696
C) Requisitos Circunstanciais	696
5. Intervenção Judicial	700
6. Poder Disciplinar e Direito Obreiro de Resistência	702
VI. PODER EMPREGATÍCIO E DIREITOS DA PERSONALIDADE DO TRABALHADOR: NOVOS DESAFIOS	703
1. Direitos da Personalidade do Trabalhador e Poder Empregatício: contrapontos e harmonização de princípios, regras e institutos jurídicos	704
A) Caracterização do Contraponto Jurídico	704
B) Harmonização das Dimensões Jurídicas Contrapostas	705
2. Dano Moral na Relação de Emprego: situações em destaque	705

CAPÍTULO XXI
REMUNERAÇÃO E SALÁRIO

I. INTRODUÇÃO	707
II. REMUNERAÇÃO E SALÁRIO: DISTINÇÕES	707
1. Salário: definição	707
2. Remuneração: definição e distinções	708
Remuneração e Gorjetas	708
III. SALÁRIO: DENOMINAÇÕES	711
1. Denominações Impróprias	712
A) Salário de Contribuição e Salário de Benefício	712
B) Salário-Família	712
C) Salário-Maternidade	713
D) Salário-Educação	714
E) Salário Mínimo de Referência	714
F) Salário Social	715
2. Denominações Próprias	715
A) Salário Mínimo, Salário Profissional, Salário Normativo	715
Piso Salarial	716
B) Salário Básico	716
C) Salário Isonômico, Salário Equitativo, Salário Substituição, Salário Supletivo ..	716
D) Salário Judicial	717
E) Salário Complexivo	717
F) Salário Condição	717
G) Salário Progressivo	718
H) Outras Denominações	718
IV. SALÁRIO: COMPOSIÇÃO E DISTINÇÕES	718
1. Composição do Salário (Parcelas Salariais)	719
A) Parcelas Salariais Tipificadas	719
B) Parcelas Salariais Não Tipificadas	719
C) Parcelas Salariais Dissimuladas	719
2. Parcelas Salariais Dissimuladas	720
A) Diárias de Viagem e Ajudas de Custo	720
B) Outras Parcelas Dissimuladas	721
V. PARCELAS NÃO SALARIAIS	722
1. Classificação Segundo a Natureza Jurídica	722
A) Parcelas de Natureza Indenizatória	722
B) Parcelas Meramente Instrumentais	723

C) Parcelas de Direito Intelectual	723
D) Participação nos Lucros ou Resultados	724
<i>Stock Options</i> : enquadramento jurídico	724
E) Parcelas Previdenciárias Oficiais	726
F) Parcelas Previdenciárias Privadas	728
G) Parcelas de Seguridade Social	728
H) Parcelas Pagas por Terceiros	729
2. Classificação Segundo a Origem (ou Devedor Principal)	731
A) Parcelas Não Salariais Devidas e Pagas pelo Empregador	731
B) Parcelas Não Salariais Pagas Através do Empregador, Embora Não Devidas por Ele	732
C) Parcelas Pagas por Terceiros ao Empregado	732
VI. CARACTERES DO SALÁRIO	732
VII. CLASSIFICAÇÃO DO SALÁRIO	738
1. Tipologias Principais	738
2. Modos de Aferição Salarial: tipos de salário	740
A) Salário por Unidade de Tempo	740
B) Salário por Unidade de Obra	742
C) Salário-Tarefa	743
VIII. MEIOS DE PAGAMENTO SALARIAL: SALÁRIO-UTILIDADE	744
1. Caracterização do Salário-utilidade	744
A) Requisitos Essenciais	744
Excludentes do Salário-utilidade	745
B) O Papel da Onerosidade Unilateral da Utilidade	749
2. O Papel da Norma Jurídica Concessora da Utilidade	750
3. Rol de Utilidades Pertinentes	751
4. Repercussões da Utilidade no Contrato de Trabalho	752
A) Efeitos Contratuais da Utilidade Salarial	752
B) Valor da Utilidade no Contrato	753
5. Especificidades do Salário <i>In Natura</i> no Campo	754
IX. PARCELAS SALARIAIS: MODALIDADES ESPECIAIS DE SALÁRIOS	756
1. Salário Básico	757
2. Abono	758
3. Adicionais	759
A) Caracterização	760
B) Classificação	761
4. Gratificações	762
A) Caracterização	762
B) Repercussões Contratuais	764
5. 13º Salário	764

6. Comissões	766
A) Caracterização	766
B) Vendedores, Viajantes ou Pracistas	767
a) Ultimação do Negócio – data presumida	768
b) Pagamento da Comissão	768
c) Risco Concernente às Vendas	769
d) Inspeção e Fiscalização pelo Vendedor	769
e) Exclusividade de Zona de Trabalho	769
f) Cláusula “ <i>Star del Crederer</i> ”	770
7. Prêmios (ou Bônus)	771
8. Outras Parcelas Salariais	772
A) Caracterização	772
B) Ajudas de Custo e Diárias de Viagem Irregulares	773
C) Aluguel de Veículos e Ajuda Combustível Irregulares	773

CAPÍTULO XXII SISTEMA DE GARANTIAS SALARIAIS

I. INTRODUÇÃO	775
II. PROTEÇÕES JURÍDICAS QUANTO AO VALOR DO SALÁRIO	776
1. Irredutibilidade Salarial	776
2. Correção Salarial Automática	779
3. Patamar Salarial Mínimo Imperativo	782
A) Salário Mínimo Legal	782
B) Salário Profissional	784
C) Salário Normativo e Salário Convencional	786
III. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA ABUSOS DO EMPREGADOR	786
1. Critérios Legais de Pagamento Salarial: tempo, lugar, meios	787
A) Tempo de Pagamento	787
B) Lugar de Pagamento	789
C) Meios de Pagamento	790
2. Irredutibilidade Salarial	792
3. Intangibilidade Salarial: controle de descontos	792
A) Regra Geral de Intangibilidade	792
B) Descontos Salariais Autorizados	793
C) A Especificidade Rurícola no Tema dos Descontos	796
IV. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA DISCRIMINAÇÕES NA RELAÇÃO DE EMPREGO	796
1. Não discriminação e Isonomia: distinções	797
2. Proteções Antidiscriminatórias Trabalhistas: linhas gerais	800
3. Constituição de 1988: importância na temática antidiscriminatória	800

4. Tradicionais Proteções Antidiscriminatórias	801
5. Novas Proteções Antidiscriminatórias a Contar de 1988	802
A) Discriminação Contra a Mulher	803
B) Discriminação Contra Trabalhador Menor de 18 Anos	805
A EC n. 65/2010 e o Conceito de <i>Jovem</i>	810
C) Discriminação Contra o Estrangeiro	811
Isonomia entre Brasileiro e Estrangeiro	812
D) Discriminação Contra o Portador de Deficiência	814
E) Discriminação em Função do Tipo de Trabalho	814
F) Isonomia com Respeito ao Trabalhador Avulso	815
6. Antidiscriminação e Equiparação de Salários	816
A) Requisitos da Equiparação Salarial	816
a) Identidade de Funções	817
b) Identidade de Empregador	818
c) Identidade de Localidade	818
d) Simultaneidade no Exercício Funcional	819
B) Outros Elementos de Relevância no Tema Equiparatório	820
a) Diferença de Perfeição Técnica	820
b) Diferença de Produtividade	821
Uma Particularidade: salário por unidade de obra	822
c) Diferença de Tempo de Serviço	822
d) Existência de Quadro de Carreira	822
e) Paradigma em Readaptação Funcional	823
C) Um Debate: desnível salarial resultante de decisão judicial favorável ao paradigma	823
D) Equiparação Salarial: ônus da prova	824
E) Isonomia entre Brasileiro e Estrangeiro (art. 358, CLT)	825
7. Antidiscriminação Salarial em Empresas com Quadro de Carreira	827
A) Requisitos do Quadro de Carreira	827
B) Proteções Antidiscriminatórias	829
8. Antidiscriminação e Substituição de Empregados	830
A) Diferenciação Relevante: substituição interina ou provisória e substituição meramente eventual	830
B) "Substituição Permanente": ocupação de cargo vago	831
9. Antidiscriminação e Terceirização Trabalhista	832
A) Trabalho Terceirizado Temporário	833
B) Trabalho Terceirizado Permanente	834
C) Terceirização e Discriminação: problemas e soluções no Direito	835
a) Terceirização Ilícita em Entidades Estatais	836
b) O Problema Discriminatório na Terceirização Lícita	837

V. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA CREDORES DO EMPREGADOR	840
1. Proteção Jurídica Através da Responsabilidade Trabalhista	840
A) Direções da Responsabilidade Trabalhista	842
B) Antigas e Novas Situações Polêmicas	844
2. Proteção Jurídica na Concordata do Empregador	848
Recuperação Empresarial (Lei n. 11.101/2005)	849
3. Proteção Jurídica na Falência do Empregador	850
Competência Judicial	853
4. Proteção Jurídica na Liquidação Extrajudicial do Empregador	855
VI. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA CREDORES DO EMPREGADO	855
1. Impenhorabilidade do Salário	856
2. Restrições à Compensação	857
3. Critério de Correção Monetária	858
4. Inviabilidade da Cessão do Crédito Salarial	860

CAPÍTULO XXIII DURAÇÃO DO TRABALHO — JORNADA

I. INTRODUÇÃO	862
1. Jornada e Salário	862
2. Jornada e Saúde no Trabalho	863
3. Jornada e Emprego	864
II. DISTINÇÕES RELEVANTES — DURAÇÃO, JORNADA, HORÁRIO	866
1. Duração do Trabalho	866
2. Jornada de Trabalho	866
3. Horário de Trabalho	867
III. COMPOSIÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO	868
1. Critérios Básicos de Fixação da Jornada	868
A) Tempo Efetivamente Trabalhado	869
B) Tempo à Disposição	869
C) Tempo de Deslocamento	870
Tempo de Deslocamento — horas <i>in itinere</i>	870
2. Critérios Especiais de Fixação da Jornada	873
A) Tempo de Prontidão	873
B) Tempo de Sobreaviso	873
Tempo de Sobreaviso — BIPs, <i>paggers</i> e telefones celulares	874
C) Tempo Residual à Disposição	876
3. Jornada: tronco básico e componentes suplementares	877
A) Tronco Básico	877
B) Componentes Suplementares	877

IV. NATUREZA DAS NORMAS RELATIVAS À JORNADA: TRANSAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO	879
1. Natureza das Normas Relativas à Jornada	879
2. Transação e Flexibilização da Jornada: possibilidades e limites	880
A) Critérios Gerais Informativos	880
B) Flexibilização e Compensação de Jornada	884
a) Título Jurídico Autorizador (Até Lei n. 9.601/98)	884
b) Parâmetro Temporal Máximo (Até Lei n. 9.601/98)	888
c) Compensação Anual/Banco de Horas (Lei n. 9.601/98)	891
Dinâmica do Banco de Horas	896
d) Restrições ao Regime Compensatório	898
V. MODALIDADES DE JORNADA — O PROBLEMA DO CONTROLE	900
1. Modalidades de Jornada de Trabalho	900
2. Jornadas Controladas	901
3. Jornadas Não Controladas	903
A) Atividade Externa Incompatível com a Fixação de Horário	903
Trabalho no Domicílio (<i>Home Office</i>) e Teletrabalho	904
B) Exercentes de Cargos de Gestão	906
4. Jornada Não Tipificada: a categoria doméstica	907
VI. JORNADA PADRÃO DE TRABALHO	908
VII. JORNADAS ESPECIAIS DE TRABALHO	910
1. Caracterização das Jornadas Especiais	910
2. Categorias Específicas	911
3. Turnos Ininterruptos de Revezamento	913
A) Caracterização da Figura Jurídica	914
B) Efeitos Jurídicos do Art. 7º, XIV, CF/88	916
C) Negociação Coletiva e Jornada Ampliada	917
4. Atividade Contínua de Digitação	918
VIII. JORNADA EXTRAORDINÁRIA	921
1. Caracterização da Jornada Extraordinária	921
A) Jornada Extraordinária e Jornada Suplementar	921
B) Prorrogações Regulares e Irregulares	923
2. Tipos de Jornadas Extraordinárias	924
A) Tipologia pela Causa da Prorrogação	924
a) Acordo de Prorrogação de Jornada	924
b) Regime de Compensação de Jornada	926
c) Prorrogação em Virtude de Força Maior	927
d) Prorrogação em Virtude de Serviços Inadiáveis	929
e) Prorrogação para Reposição de Paralisações Empresariais	930

B) Tipologia pelo Título Jurídico Autorizador da Prorrogação	931
C) Tipologia pelo Tempo Lícito de Prorrogação	933
3. Efeitos da Jornada Extraordinária	935
IX. TRABALHO EM TEMPO PARCIAL	937
1. Trabalho em Regime de Tempo Parcial: tipificação	938
2. Efeitos do Regime de Tempo Parcial	939
3. Alteração Contratual para o Regime de Tempo Parcial	940
X. JORNADA NOTURNA	941
1. Parâmetros da Jornada Noturna	941
2. Efeitos Jurídicos da Jornada Noturna	942
3. Restrições ao Trabalho Noturno	945

CAPÍTULO XXIV
PERÍODOS DE DESCANSO: INTERVALOS,
REPOUSO SEMANAL E EM FERIADOS

I. INTRODUÇÃO	946
II. INTERVALOS TRABALHISTAS: ANÁLISE JURÍDICA	947
1. Relevância dos Intervalos Trabalhistas	947
A) Intervalos e Saúde no Trabalho	948
B) Transação e Flexibilização dos Intervalos: possibilidades e limites	949
2. Modalidades de Intervalos Trabalhistas	952
3. Intervalos Intra jornadas: caracterização e efeitos jurídicos	953
A) Objetivos dos Intervalos Intra jornadas	953
B) Classificação dos Intervalos Intra jornadas	954
a) Intervalos Comuns e Especiais	954
b) Intervalos Remunerados e Não Remunerados	954
Quadro de Intervalos Intra jornadas	956
C) Intervalos Intra jornadas: repercussões jurídicas de seu desrespeito	957
a) Desrespeito a Intervalo Remunerado	957
b) Desrespeito a Intervalo Não Remunerado	957
D) Intervalos Intra jornadas: outras regras aplicáveis	959
4. Intervalos Inter jornadas: caracterização e efeitos jurídicos	960
A) Objetivos dos Intervalos Inter jornadas	960
B) Classificação dos Intervalos Inter jornadas	961
a) Intervalos Inter jornadas e Intersemanais	961
b) Intervalos Comuns e Especiais	961
c) Intervalos Remunerados e Não Remunerados	962
Quadro de Intervalos Inter jornadas	963

C) Intervalos Interjornadas: repercussões jurídicas de seu desrespeito	963
a) Desrespeito ao Intervalo Interjornadas	963
b) Desrespeito ao Intervalo Intersemanal	964
III. DESCANSO SEMANAL E EM FERIADOS: ANÁLISE JURÍDICA	965
1. Aproximação das Figuras Jurídicas	965
Normatização Aplicável	965
2. Descanso Semanal: caracterização e efeitos jurídicos	967
A) Caracterização do Descanso Semanal	967
a) Lapso Temporal	967
b) Ocorrência Semanal do Descanso	968
c) Coincidência Preferencial com o Domingo	969
d) Imperatividade do Descanso Semanal	971
B) Remuneração do Descanso Semanal	971
a) Requisitos da Remuneração	971
b) Valor da Remuneração	972
c) Remuneração do Dia de Descanso Efetivamente Trabalhado	973
3. Descanso em Feriados: caracterização, especificidades e efeitos jurídicos .	974
A) Tipos de Feriados	975
a) Feriados Cíveis e Religiosos	975
a.1) Feriados Cíveis	975
a.2) Feriados Religiosos	975
b) Feriados Nacionais, Regionais e Locais	977

CAPÍTULO XXV PERÍODOS DE DESCANSO: FÉRIAS ANUAIS REMUNERADAS

I. INTRODUÇÃO	978
1. Objetivos das Férias	978
2. Normatização Aplicável	979
II. CARACTERIZAÇÃO	980
III. AQUISIÇÃO DAS FÉRIAS E SUA DURAÇÃO	983
1. Aquisição do Direito a Férias (Período Aquisitivo)	983
2. Fatores Prejudiciais à Aquisição das Férias	984
Situações Especiais	985
3. Duração das Férias Adquiridas	985
A) Duração Genérica das Férias	986
B) Duração em Contratos de Tempo Parcial	986
Restrições Específicas	988
C) Duração em Contratos Domésticos	989

IV. CONCESSÃO E GOZO DAS FÉRIAS	991
1. Concessão Regular das Férias (Período Concessivo)	991
Época de Concessão	994
2. Concessão Extemporânea das Férias	995
V. FÉRIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS	996
1. Férias Individuais: procedimentos concessivos	996
2. Férias Coletivas: especificidades e procedimentos concessivos	997
A) Caracterização das Férias Coletivas	998
B) Procedimentos Concessivos	999
VI. REMUNERAÇÃO DAS FÉRIAS	999
1. Cálculo da Remuneração	1000
A) Cálculo Salarial	1000
B) Parcelas Integradas	1001
C) Parcelas Não Integradas	1001
2. Remuneração Simples	1001
3. Remuneração Dobrada	1002
Natureza Jurídica da Dobra	1002
4. Terço Constitucional de Férias	1003
5. Conversão Pecuniária das Férias (Abono Pecuniário)	1005
VII. FÉRIAS E EXTINÇÃO DO CONTRATO: EFEITOS	1006
1. Férias Vencidas e Extinção Contratual	1007
2. Férias Simples e Extinção Contratual	1007
3. Férias Proporcionais e Extinção Contratual	1008
VIII. NATUREZA JURÍDICA DAS FÉRIAS	1010
IX. PRESCRIÇÃO: REGRAS APLICÁVEIS	1012
1. Contagem em Função do Término do Período Concessivo	1012
2. Contagem em Função do Término do Contrato de Trabalho	1013

CAPÍTULO XXVI

FORMAÇÃO E ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	1014
II. FORMAÇÃO CONTRATUAL TRABALHISTA	1014
Experiência Prévia (art. 442-A, CLT)	1015
III. FORMAÇÃO DO CONTRATO: MOMENTO E LOCAL	1016
1. Policitização e Formação Contratual	1016
2. Formação Contratual e Competência Judicial Trabalhista	1017
IV. FORMAÇÃO CONTRATUAL: PROBLEMAS DO PRÉ-CONTRATO	1018
Indenização pela Perda de Uma Chance	1020

V. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS TRABALHISTAS: SUBJETIVAS E OBJETIVAS	1020
1. Alterações Contratuais Subjetivas	1021
2. Alterações Contratuais Objetivas	1022
VI. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS OBJETIVAS: CLASSIFICAÇÃO	1022
1. Classificação Segundo a Origem	1022
2. Classificação Segundo a Obrigatoriedade	1023
3. Classificação Segundo o Objeto	1023
4. Classificação Segundo os Efeitos	1024
VII. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS OBJETIVAS: PRINCÍPIOS APLICÁVEIS	1024
1. Princípios Aplicáveis	1024
A) Princípio da Inalterabilidade Contratual Lesiva	1025
B) Princípio do Direito de Resistência Obreiro	1027
C) Diretriz do <i>Jus Variandi</i> Empresarial	1028
2. Princípios Informativos: contradição aparente e compatibilização	1029
3. Critérios Autorizativos do <i>Jus Variandi</i> Empresarial	1030
VIII. ALTERAÇÕES OBJETIVAS DO TIPO QUALITATIVO	1033
1. Conceituação	1033
2. Alteração de Função	1033
A) Conceito e Distinções	1033
B) Regras Aplicáveis	1034
Compatibilização Normativa	1035
C) Alterações Funcionais Favoráveis e Desfavoráveis	1036
D) Alterações Funcionais Lícitas	1037
a) Situações Excepcionais ou de Emergência	1037
b) Substituição Temporária	1037
c) Destituição do Cargo ou Função de Confiança	1038
Reversão/Retrocessão/Rebaixamento	1039
d) Extinção do Cargo ou Função	1040
e) Alteração de PCS ou Quadro de Carreira	1040
f) Readaptação Funcional por Causa Previdenciária	1040
g) Promoção ou Remoção	1041
IX. ALTERAÇÕES OBJETIVAS DO TIPO QUANTITATIVO	1043
1. Conceito e Modalidades	1043
2. Alteração da Duração do Trabalho: modalidades	1043
A) Alterações Ampliativas da Duração do Trabalho	1043
a) Classificação das Alterações Ampliativas Lícitas	1043
a.1) Causa da Prorrogação	1043
a.2) Título Jurídico da Prorrogação	1045
a.3) Tipologia pelo Tempo Lícito de Prorrogação	1047

b) Prorrogações Realizadas Irregularmente	1048
c) Efeitos Jurídicos do Trabalho Extraordinário	1049
B) Alterações Redutoras da Duração do Trabalho	1050
C) Alterações de Horário de Trabalho	1052
3. Alteração de Salário: modalidades	1053
A) Elevações Salariais	1053
B) Reduções Salariais	1053
a) Redução Salarial Direta	1053
a.1) Redução Nominal de Salários	1053
a.2) Redução Real de Salários	1054
b) Redução Salarial Indireta	1055
X. ALTERAÇÕES OBJETIVAS DO TIPO CIRCUNSTANCIAL	1056
1. Conceituação	1056
2. Alteração do Local de Trabalho no País	1056
A) Distinções	1056
a) Remoções Relevantes e Não Relevantes	1056
b) Remoções Lícitas e Remoções Ilícitas	1057
B) Efeitos da Remoção/Transferência	1058
C) Adicional de Transferência	1059
a) Pontos Consensuais	1059
b) Critérios de Incidência do Adicional	1060
c) Novo Critério Incidente: Lei Maria da Penha	1062
d) Adicional: valor e repercussões contratuais	1063
D) Ajuda de Custo por Transferência	1063
E) Empregados Intransferíveis	1064
a) Empregados Estáveis e Dirigentes Sindicais	1064
b) Outros Obreiros Relativamente Protegidos	1066
3. Transferência Obreira para o Exterior	1066
A) Inviabilidade do <i>Jus Variandi</i>	1067
B) Diploma Especial: Lei n. 7.064/82	1067
a) Critérios e Direitos da Lei n. 7.064	1067
b) Aplicação Analógica da Lei n. 7.064	1068
C) Atenuação Gradativa da Súmula 207, com Alargamento da Incidência da Lei n. 7.064/82	1070
D) Generalização da Lei n. 7.064 pela Lei n. 11.962/2009	1070

CAPÍTULO XXVII INTERRUPÇÃO E SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	1072
II. CONCEITO E DENOMINAÇÕES	1072

1. Conceituação	1072
2. Denominações	1073
III. DISTINÇÕES RELEVANTES	1074
1. Interrupção e Suspensão: críticas à tipologia celetista	1074
2. Distinções Existentes	1075
A) Suspensão: características	1076
B) Interrupção: características	1076
IV. SUSPENSÃO — CASOS TIPIFICADOS E EFEITOS JURÍDICOS	1077
1. Suspensão por Motivo Alheio à Vontade Obreira	1077
Atenuação de Efeitos Jurídicos	1078
2. Suspensão por Motivo Lícito Atribuível ao Empregado	1078
3. Suspensão por Motivo Ilícito Atribuível ao Empregado	1079
4. Suspensão: efeitos jurídicos	1079
A) Efeitos Contratuais da Suspensão	1079
a) Suspensão e Justa Causa	1080
b) Suspensão e Pedido de Demissão	1081
B) Prazo para Retorno após Suspensão	1081
V. INTERRUPTÃO — CASOS TIPIFICADOS E EFEITOS JURÍDICOS	1082
1. Casos de Interrupção Contratual	1083
2. Interrupção: efeitos jurídicos	1085
A) Efeitos Contratuais da Interrupção	1085
B) Prazo para Retorno após a Interrupção	1086
VI. INTERRUPTÃO E SUSPENSÃO: SITUAÇÕES CONTROVERTIDAS	1086
1. Serviço Militar	1087
2. Acidente do Trabalho ou Doença Profissional	1089
3. Afastamento Maternidade	1090
A) Aspectos Legais	1091
B) Enquadramento Jurídico	1092
4. Encargos Públicos	1093
5. Afastamento da Trabalhadora em Face de Violência (Lei <i>Maria da Penha</i>)	1095
VII. CASOS EM DESTAQUE — SUSPENSÃO DISCIPLINAR E SUSPENSÃO PARA INQUÉRITO	1097
1. Suspensão Disciplinar	1098
A) Natureza Jurídica	1098
B) Critérios de Aplicação da Pena Suspensiva	1098
C) Limites à Penalidade	1099
D) Dosagem Judicial da Suspensão: debate	1099
2. Suspensão para Inquérito	1100
A) Cabimento da Figura	1100

B) Natureza Jurídica	1101
C) Prazos Legais	1102
D) Efeitos da Sentença do Inquérito	1103
E) Suspensão Preventiva e Reintegração Liminar	1103
VIII. NOVO CASO EM DESTAQUE: SUSPENSÃO PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO EMPREGADO	1105
1. Requisitos da Nova Hipótese Suspensiva	1105
Desrespeito aos Requisitos Legais	1106
2. Prazo Legal	1106
3. Efeitos da Suspensão Contratual	1107
A) Bolsa de Qualificação Profissional	1107
B) Parcelas Devidas pelo Empregador ao Obreiro Afastado	1108
C) Ruptura Contratual	1109
Desestímulo Rescisório	1109
IX. INTERRUÇÃO E SUSPENSÃO NOS CONTRATOS A TERMO	1110
1. Regência Normativa Especial dos Contratos a Termo	1110
A) Extinção Peremptória do Contrato	1110
B) Extinção Contratual Prorrogada	1111
C) Resgate do Prazo de Afastamento	1112
2. Afastamento Acidentário e Contratos a Termo: exceção configurada	1112
3. Afastamento da Gestante em Contratos a Termo: outra exceção constitucional	1113

CAPÍTULO XXVIII

TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO — MODALIDADES E EFEITOS

I. INTRODUÇÃO	1115
II. EXTINÇÃO CONTRATUAL — PRINCÍPIOS APLICÁVEIS	1116
1. Princípio da Continuidade da Relação de Emprego	1117
2. Princípio das Presunções Favoráveis ao Trabalhador	1120
3. Princípio da Norma mais Favorável	1120
III. RESTRIÇÕES À EXTINÇÃO CONTRATUAL	1121
1. Restrições a Contratos a Termo	1122
2. Estabilidade e Garantias de Emprego	1123
3. Interrupção e Suspensão Contratuais	1125
4. Motivação da Dispensa pelo Empregador	1125
A) Convenção 158 da OIT	1127
B) Concurso Público e Motivação da Dispensa	1128
IV. EXTINÇÃO CONTRATUAL — EVOLUÇÃO JURÍDICA NO BRASIL	1130
1. Antigo Modelo Jurídico Celetista	1130
2. O FGTS e a Liberalização do Mercado de Trabalho	1131

3. Constituição de 1988 e Extinção do Contrato de Trabalho	1133
A) Universalização do FGTS e Revogação do Sistema Celetista	1133
B) Restrição à Dispensa Arbitrária ou Sem Justa Causa	1134
4. Dispensa Coletiva: novas leituras da Constituição	1136
V. MODALIDADES DE EXTINÇÃO CONTRATUAL: TIPOLOGIAS	1137
1. Classificação Civilista: modos normal e anormal de extinção	1138
2. Classificação Segundo as Causas de Extinção	1140
3. Outra Classificação: resilição, resolução e rescisão do contrato	1142
VI. EFEITOS DA EXTINÇÃO CONTRATUAL	1144
1. Extinção dos Contratos por Tempo Determinado	1144
A) Extinção Normal	1144
B) Extinção Anormal	1144
a) Dispensa Antecipada por Ato Empresarial	1144
b) Pedido de Demissão Antecipado pelo Obreiro	1146
2. Extinção dos Contratos por Tempo Indeterminado	1147
A) Modalidades Extintivas e Parcelas Rescisórias	1149
a) Dispensa arbitrária (ou despedida sem justa causa ou, ainda, dispensa desmotivada)	1149
b) Pedido de demissão pelo obreiro	1150
c) Distrato	1151
d) Dispensa por justa causa operária	1153
e) Ruptura por infração empresarial (rescisão indireta)	1153
f) Ruptura por culpa recíproca	1153
g) Extinção da empresa ou do estabelecimento	1154
h) Morte do empregado ou do empregador-pessoa natural	1155
B) Outros Pagamentos Rescisórios	1157
3. Penalidades Relativas ao Pagamento Rescisório	1158
A) Pena do Art. 477, da CLT	1158
B) Pena do Art. 467, da CLT	1159
Entidades Estatais: exclusão da pena	1160
VII. FORMALIDADES RESCISÓRIAS	1161
1. Capacidade do Empregado	1162
2. Homologação Rescisória: formalidades e assistência	1164
3. Rescisão via Comissões de Conciliação Prévia	1166
A) Problemas no Enquadramento Jurídico da Nova Figura	1166
B) Formalidades e Poderes Rescisórios	1167

CAPÍTULO XXIX

**TÉRMINO DO CONTRATO POR ATO LÍCITO DAS PARTES: DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
E DISPENSA MOTIVADA, MAS SEM CULPA OBRERA. PEDIDO DE DEMISSÃO PELO
EMPREGADO. O INSTITUTO DO AVISO-PRÉVIO**

I. INTRODUÇÃO	1170
II. TÉRMINO CONTRATUAL POR ATO LÍCITO DAS PARTES — RESILIÇÃO UNILATERAL: NATUREZA JURÍDICA	1171
O Contraponto da Convenção 158 da OIT	1173
III. RESILIÇÃO POR ATO EMPRESARIAL — DISPENSA INJUSTA	1174
1. Modalidades de Despedidas	1174
A) Classificação conforme a Motivação da Dispensa	1174
B) Despedidas Individuais e Coletivas	1175
Despedidas Coletivas: inferências constitucionais	1176
2. Aspectos Próprios à Despedida Injusta	1178
3. Limitações à Dispensa Injusta	1179
A) Causas Restritivas	1180
B) Efeitos da Dispensa Irregular	1183
IV. DISPENSA MOTIVADA POR FATORES TÉCNICOS, ECONÔMICOS OU FINANCEIROS	1186
1. Convenção 158 da OIT	1187
2. Dispensa Motivada <i>versus</i> Dispensa Arbitrária: outros aspectos	1188
V. RESILIÇÃO POR ATO OBRERO — PEDIDO DE DEMISSÃO	1190
VI. RESILIÇÃO BILATERAL — DISTRATO TRABALHISTA	1192
PDIs/PDV's: enquadramento jurídico	1193
VII. O AVISO-PRÉVIO NAS RUPTURAS CONTRATUAIS	1193
1. Conceito e Natureza Jurídica	1194
2. Cabimento do Aviso-Prévio	1195
3. Prazos, Tipos e Efeitos	1196
A) Prazos do Aviso-Prévio	1196
B) Tipos de Aviso-Prévio	1197
C) Efeitos do Aviso-Prévio	1198
4. A Proporcionalidade do Pré-Aviso (Lei n. 12.506/2011)	1201

CAPÍTULO XXX

**TÉRMINO DO CONTRATO POR ATO CULPOSO DO EMPREGADO:
DISPENSA POR JUSTA CAUSA**

I. INTRODUÇÃO	1205
II. CARACTERIZAÇÃO DAS INFRAÇÕES TRABALHISTAS: SISTEMAS PERTINENTES	1205
III. JUSTA CAUSA E FALTA GRAVE: CONCEITO E DIFERENCIAÇÃO	1207

IV. INFRAÇÕES OBREIRAS: CRITÉRIOS DE APLICAÇÃO DE PENALIDADES	1209
1. Requisitos Objetivos	1210
2. Requisitos Subjetivos	1211
3. Requisitos Circunstanciais	1212
V. INFRAÇÕES OBREIRAS TIPIFICADAS: JUSTAS CAUSAS	1216
1. Infrações do Art. 482 da CLT	1216
2. Outras Infrações Obreiras Tipificadas	1225
3. Infração Obreiras em Destaque: assédio sexual e assédio moral	1228
VI. PUNIÇÕES TRABALHISTAS	1231
1. Penalidades Acolhidas	1231
2. Penalidades Rejeitadas	1234

CAPÍTULO XXXI

TÉRMINO DO CONTRATO POR ATO CULPOSO DO EMPREGADOR: RESCISÃO INDIRETA

I. INTRODUÇÃO	1237
II. INFRAÇÃO EMPRESARIAL — APROXIMAÇÕES E ESPECIFICIDADES EM FACE DA JUSTA CAUSA OBREIRA	1237
1. Requisitos Objetivos	1238
2. Requisitos Subjetivos	1239
3. Requisitos Circunstanciais	1240
III. FIGURAS DE INFRAÇÃO EMPRESARIAL	1242
1. Infrações do Art. 483 da CLT	1242
2. Infrações Empresariais em Destaque: assédio moral e assédio sexual	1247
A) Assédio Moral	1247
B) Assédio Sexual	1249
IV. PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS À RESCISÃO INDIRETA	1250
1. Ação Trabalhista com Pleito de Rescisão Indireta	1250
2. Rescisão Indireta e Afastamento do Empregado do Trabalho	1251
A) Afastamento do Trabalho: possibilidade jurídica	1252
B) Afastamento Laborativo e Improcedência do Pedido: efeitos jurídicos	1253
V. SITUAÇÕES ESPECIAIS DE TÉRMINO CONTRATUAL PREVISTAS NO ART. 483 DA CLT	1254
1. Desempenho de Obrigações Legais Incompatíveis	1255
2. Morte do Empregador Constituído em Firma Individual	1255
VI. TÉRMINO CONTRATUAL POR CULPA RECÍPROCA DAS PARTES	1256
VII. RESOLUÇÃO CONTRATUAL CULPOSA E CONTRATOS DOMÉSTICOS	1257

CAPÍTULO XXXII

ESTABILIDADE E GARANTIAS DE EMPREGO. INDENIZAÇÕES RESCISÓRIAS — FGTS

I. INTRODUÇÃO	1260
II. AS ANTIGAS ESTABILIDADE E INDENIZAÇÃO CELETISTAS E O REGIME DO FGTS	1261

1. Antigo Modelo Jurídico Celetista	1262
2. O FGTS e a Liberalização do Mercado de Trabalho	1263
3. Constituição de 1988 e Extinção do Contrato de Trabalho	1265
A) Universalização do FGTS e Revogação do Sistema Celetista	1266
B) Restrição à Dispensa Arbitrária ou Sem Justa Causa	1266
C) Dispensa Coletiva: graduação do poder empresarial	1269
III. ESTABILIDADE NO EMPREGO	1270
1. Estabilidade Celetista	1271
2. Estabilidade do Art. 19 do ADCT da Constituição de 1988	1272
3. Estabilidade do Art. 41 da Constituição de 1988	1273
4. Estabilidade Advinda de Ato Empresarial	1275
IV. GARANTIAS DE EMPREGO (ESTABILIDADES PROVISÓRIAS)	1276
1. Estabilidades Provisórias de Origem Constitucional	1278
A) Imunidade Sindical	1278
B) Dirigente de CIPA e Mulher Gestante	1279
2. Estabilidades Provisórias de Origem Legal	1281
V. ESTABILIDADE E GARANTIAS DE EMPREGO: CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA DISPENSA IRREGULAR	1283
Peculiaridade do Dirigente de CIPA	1286
VI. INDENIZAÇÕES POR TEMPO DE SERVIÇO OU RUPTURA CONTRATUAL	1287
1. Antiga Indenização Rescisória e por Tempo de Serviço	1288
2. Outras Indenizações Rescisórias	1290
A) Indenizações Rescisórias em Contratos a Termo	1290
B) Indenização por Dispensa Injusta no Trintídio Anterior à Data-base	1292
VII. FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO	1292
1. Características do FGTS	1293
A) Recolhimentos de FGTS	1293
B) Abrangência do FGTS	1294
C) Saque do FGTS e Acréscimo Rescisório	1295
2. O FGTS como Fundo Social com Destinação Variada	1298
Natureza Jurídica	1299

**LIVRO III
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO**

**CAPÍTULO XXXIII
DIREITO COLETIVO: ASPECTOS GERAIS**

I. INTRODUÇÃO	1303
II. DENOMINAÇÃO	1304
1. Denominações Arcaicas	1304

2. Denominações Atuais	1305
A) Direito Coletivo do Trabalho	1305
B) Direito Sindical	1306
C) Direito Social	1306
III. DEFINIÇÃO	1307
IV. CONTEÚDO	1308
V. FUNÇÃO	1309
1. Funções Justrabalhistas Gerais	1310
Extensão ao Direito Coletivo	1312
2. Funções Juscoletivas Específicas	1314
VI. CONFLITOS COLETIVOS DE TRABALHO E SUA RESOLUÇÃO	1315
1. Modalidades de Conflitos Coletivos	1316
2. Modalidades de Resolução de Conflitos Coletivos	1316
Uma Fórmula Controvertida: dissídio coletivo	1317
VII. O PROBLEMA DA AUTONOMIA DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	1320

CAPÍTULO XXXIV PRINCÍPIOS ESPECIAIS DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	1323
II. PRINCÍPIOS ESPECIAIS DO DIREITO COLETIVO — TIPOLOGIA	1324
Tipologia de Princípios	1325
III. PRINCÍPIOS ASSECURATÓRIOS DA EXISTÊNCIA DO SER COLETIVO OBREIRO ..	1326
1. Princípio da Liberdade Associativa e Sindical	1327
A) Cláusulas de Sindicalização Forçada	1328
B) Práticas Antissindicais	1329
C) Garantias à Atuação Sindical	1330
2. Princípio da Autonomia Sindical	1332
IV. PRINCÍPIOS REGENTES DAS RELAÇÕES ENTRE OS SERES COLETIVOS TRABA- LHISTAS	1334
1. Princípio da Interveniência Sindical na Normatização Coletiva	1335
2. Princípio da Equivalência dos Contratantes Coletivos	1336
3. Princípio da Lealdade e Transparência na Negociação Coletiva	1338
V. PRINCÍPIOS REGENTES DAS RELAÇÕES ENTRE NORMAS COLETIVAS NE- GOCIADAS E NORMAS ESTATAIS	1339
1. Princípio da Criatividade Jurídica da Negociação Coletiva	1340
2. Princípio da Adequação Setorial Negociada	1341

CAPÍTULO XXXV
DIREITO COLETIVO E SINDICATO

I. INTRODUÇÃO	1344
II. DEFINIÇÃO	1345
III. SISTEMAS SINDICAIS	1346
1. Critérios de Agregação dos Trabalhadores no Sindicato	1347
2. Unicidade <i>versus</i> Pluralidade. A Unidade Sindical	1350
A) Unicidade no Brasil: modelo tradicional	1351
B) A Posição da Constituição de 1988	1352
C) Liberdade Sindical no Brasil: requisitos	1352
Garantias à Atuação Sindical	1352
IV. ORGANIZAÇÃO SINDICAL BRASILEIRA ATUAL	1354
1. Estrutura Sindical	1355
A) Estrutura Externa	1355
Centrais Sindicais	1356
B) Estrutura e Funcionamento Internos	1357
2. Registro Sindical	1358
3. Funções, Prerrogativas e Receitas Sindicais	1359
A) Funções e Prerrogativas	1360
B) Receitas Sindicais	1362
V. GARANTIAS SINDICAIS	1363
1. Garantia Provisória de Emprego	1364
2. Inamovibilidade do Dirigente Sindical	1366
3. Garantias Oriundas de Normas da OIT	1367
VI. NATUREZA JURÍDICA DO SINDICATO	1368
VII. SINDICATO: RETROSPECTIVA HISTÓRICA	1370
1. Evolução Sindical nos Países de Capitalismo Central	1371
Autoritarismo e Refluxo Sindical	1375
2. Evolução Sindical no Brasil	1375
A) Período Inicial do Sindicalismo Brasileiro	1375
B) 1930: implantação e reprodução de modelo sindical	1377
Continuidade do Modelo nas Décadas Subsequentes	1380
C) Constituição de 1988: mudança e continuidade	1381
a) Avanços Democráticos	1381
Carta de Direitos	1382
b) Contradições Antidemocráticas	1383
D) Novo Modelo Sindical: democratização com garantias legais	1384
VIII: SINDICATO E DIREITO DO TRABALHO — AVALIAÇÃO	1385

CAPÍTULO XXXVI
NEGOCIAÇÃO COLETIVA TRABALHISTA

I. INTRODUÇÃO	1387
II. IMPORTÂNCIA DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA	1389
1. Parâmetros dos Modelos Justrabalhistas Democráticos	1390
A) Normatização Autônoma e Privatística	1390
B) Normatização Privatística Subordinada	1390
2. Parâmetros do Modelo Justrabalhista Autoritário	1391
3. Democracia e Normatização Estatal: reflexões complementares	1392
III. DIPLOMAS NEGOCIAIS COLETIVOS — CONVENÇÃO E ACORDO COLETIVOS DE TRABALHO	1393
1. Convenção e Acordo Coletivos de Trabalho: definição	1394
2. Convenção e Acordo Coletivos de Trabalho: distinções	1396
IV. CONVENÇÃO E ACORDO COLETIVOS DE TRABALHO — ASPECTOS CARACTERÍSTICOS	1396
1. CCT e ACT: normatização aplicável	1397
2. CCT e ACT: caracterização	1399
A) Legitimação	1400
a) Centrais sindicais	1400
b) Entes estatais	1400
B) Conteúdo	1401
C) Forma	1402
D) Vigência	1403
E) Duração	1404
F) Prorrogação, Revisão, Denúncia, Revogação, Extensão	1404
V. DIPLOMAS NEGOCIAIS COLETIVOS — CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO ..	1405
1. Denominação: dubiedades	1405
2. Caracterização	1406
VI. DIPLOMAS NEGOCIAIS COLETIVOS: EFEITOS JURÍDICOS	1407
1. Regras Coletivas Negociadas e Regras Estatais: hierarquia	1407
A) Hierarquia Normativa: teoria geral	1408
B) Hierarquia Normativa: especificidade justrabalhista	1408
Acumulação <i>Versus</i> Conglobamento	1410
2. Regras de Convenção e Acordo Coletivos: hierarquia	1412
3. Regras Negociais Coletivas e Contrato de Trabalho: relações	1413
VII. NEGOCIAÇÃO COLETIVA — POSSIBILIDADES E LIMITES	1415
VIII. DIPLOMAS COLETIVOS NEGOCIADOS: NATUREZA JURÍDICA	1417
1. Teorias Explicativas Tradicionais	1418
2. Contrato Social Normativo	1419

CAPÍTULO XXXVII
A GREVE NO DIREITO COLETIVO

I. INTRODUÇÃO	1420
II. LOCAUTE	1421
1. Caracterização	1421
2. Distinções	1422
3. Regência Jurídica	1423
4. Efeitos Jurídicos	1425
III. O INSTITUTO DA GREVE	1426
1. Caracterização	1426
A) Caráter Coletivo do Movimento	1426
B) Sustação de Atividades Contratuais	1427
C) Exercício Coercitivo Coletivo e Direto	1428
D) Objetivos da Greve	1429
E) Enquadramento Variável de seu Prazo de Duração	1430
2. Distinções	1431
A) Figuras Próximas ou Associadas	1431
B) Formas de Pressão Social	1432
C) Condutas Ilícitas de Pressão	1433
3. Extensão e Limites	1433
A) Extensão do Direito	1433
B) Limitações ao Direito	1435
4. Requisitos	1437
5. Direitos e Deveres dos Grevistas	1437
A) Direitos dos Grevistas	1438
B) Deveres dos Grevistas	1438
6. Uma Especificidade: greve e serviço público	1439
Eficácia de Regra Constitucional: permanência de um debate	1440
a) Vertente Tradicional	1441
b) Vertente Moderna	1442
7. Greve: natureza jurídica e fundamentos	1445
A) Natureza Jurídica	1445
Outras Concepções	1447
B) Fundamentos	1449
8. Greve: retrospectiva histórico-jurídica	1449
9. Greve: competência judicial	1451

CAPÍTULO XXXVIII
ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO NO DIREITO COLETIVO

I. INTRODUÇÃO	1453
II. MEIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS: AUTOTUTELA, AUTOCOMPOSIÇÃO, HETEROCOMPOSIÇÃO	1453
1. Autotutela	1454
2. Autocomposição	1455
3. Heterocomposição	1455
A) Enquadramento Jurídico: controvérsias	1456
B) Métodos Existentes	1457
III. ARBITRAGEM NO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	1459
1. Distinções Relevantes	1459
2. Tipos de Arbitragem	1460
3. Arbitragem no Direito Individual do Trabalho	1462
4. Arbitragem no Direito Coletivo do Trabalho	1464
IV. MEDIAÇÃO NO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	1466
Conflitos Coletivos do Trabalho: tipos de mediação	1466
V. COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA	1467
1. Enquadramento Jurídico	1468
2. Dinâmica das Comissões de Conciliação Prévia	1468
BIBLIOGRAFIA	1473